



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental

Parecer nº 190/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0044104/2021-40

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 34406533 (SEI!)

Processo SLA: 3527/2019

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: Gildo Hiroyuki Shimada

CPF: 042.016.966-00

EMPREENDIMENTO: Fazenda São José, Primavera I e II, Santa Rosa e Santa Rita (matrículas 9.053, 9.054, 16.936, 16.937, 10.674, 10.675, 16.859)

CPF: 06.209.030/0001-99

MUNICÍPIO: Perdizes/MG

ZONA: Rural

COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: 19°35'42.27"

LONG: 47°23'40"3.13"

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)	3	0
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoris, exceto horticultura	2	0
-	-	-	-
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
WDL Consultoria e Soluções Ambientais LTDA/ Duílio Alex Pereira (engenheiro sanitaria ambiental)		CTF AIDA-IBAMA/ ART.	6680322/1420200000006392342



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia de Paula Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 27/08/2021, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 27/08/2021, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34407872** e o código CRC **A2418D70**.

Referência: Processo nº 1370.01.0044104/2021-40

SEI nº 34407872



Parecer Único de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 34406533

O empreendimento Fazenda São José, Primavera I e II, Santa Rosa e Santa Rita (matrículas 9.053, 9.054, 16.936, 16.937, 10.674, 10.675, 16.859) – coordenadas geográficas 19°35'42.27" S. e 47°23'3.13" W.-, atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município de Perdizes/MG. Em 15/07/2021 foi formalizado no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de nº 3527/2021, via Relatório Ambiental Simplificado - RAS. Em 19/07/2021 foram solicitadas informações complementares, sendo as mesmas respondidas em 25/08/2021.

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são: "horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)", em operação desde 29/08/2018, sendo cultivada batata numa área de 199 ha (em sistema rotacionado) e "culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura"- em operação desde 29/08/2018, sendo cultivados milho, feijão, soja e trigo (em sistema rotacionado), numa área de 480 ha; sendo, portanto, justificada a adoção do procedimento simplificado.

Para as atividades objeto do presente processo, o empreendimento obteve junto ao Órgão Ambiental o Certificado LAS/Cadastro nº 26333882/2018, com vencimento em 29/08/2018, sendo o mesmo concedido para a atividade de horticultura, em 70 ha; portanto o presente processo, nº 3527/2021, corresponde à ampliação da atividade e a inclusão de nova atividade (culturas anuais), abarcando a quantidade total de áreas cultivadas (culturas anuais e horticultura) após a ampliação.

As atividades são conduzidas numa propriedade de 639,1137 ha, sendo 8,1711 ha de área construída e 447,17 ha de área útil; o empreendimento conta com 8 funcionários fixos e 2 funcionários temporários para a condução das atividades, sendo que 6 famílias residem na propriedade.

O empreendimento está localizado em área com presença de curso d'água e nascentes e apresenta remanescente de formações vegetais nativas (Campo Cerrado).

Foi informado que as áreas de preservação permanente e de reserva legal estão protegidas por cercas.

O consumo de água para a condução das atividades no empreendimento e uso dos recursos hídricos estão regularizados por meio da Portaria 1906256/2020 (19/08/2020), com prazo de validade de 10 anos e das Certidões de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 79344/2018, 79348/2018 e 79336/2018, com validade até 24/08/2021. O empreendimento possui 4 unidades de pivô central instaladas para irrigação das culturas exploradas.

Foram apresentados os protocolos de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibos números: MG-3149804-5819.0331.A2DB.4BAC.A916.0AAC.9219.2462 (matrículas nº 16.937 e nº 16.936), MG-3149804-40CF.3464.EE58.42D0.A141.9104.893F.C633 (matrícula nº 16.859), MG-3149804-5A21.CE05.91E6.45C3.ABB2.D17F.1E49.F970 (matrículas nº 9.054 e nº 9.053), MG-3149804-9393.C0EC.5942.4AF2.B869.1D4B.F102.E1D2 (matrículas nº 10.674 e nº 10.675) com áreas declaradas de reserva legal de 47,7285 ha, 11,0885 ha, 46,7553 ha e 11,8996 ha, respectivamente, e com adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA.



Como principal causador de impactos, devidamente mapeado no RAS, tem-se a geração de resíduos sólidos, que são: embalagens vazias de agrotóxicos, que são destinadas à Associação dos distribuidores de Insumos Agrícolas do Cerrado - ADICER, resíduos de origem doméstica, sendo os não recicláveis destinados para a coleta da Prefeitura e os recicláveis entregues para Minas Reciclagem Eireli, resíduos gerados na manutenção de máquinas e implementos agrícolas, que são enviados para a coleta da Prefeitura e óleo usado que retorna ao fornecedor/fabricante.

A geração de ruídos - emissão de sons pela movimentação de veículos-, não é alvo de mitigação, devido à localização do empreendimento no meio rural – distante das aglomerações urbanas.

O efluente de natureza sanitária é direcionado para fossas sépticas seguidas de sumidouro.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados nos estudos apresentados, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Vale salientar a importância da adoção de técnicas conservacionistas de solo, principalmente, nas divisas das áreas de preservação permanente e reserva legal com as áreas de cultivo, a fim de conter processos erosivos e carreamento de insumos utilizados na agricultura.

O uso racional de defensivos agrícolas (agrotóxicos) deve ser uma prática no empreendimento, com adoção do MID (Manejo Integrado de Doenças) e MIP (Manejo Integrado de Pragas), sempre que possível.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes nos estudos apresentados, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda São José, Primavera I e II, Santa Rosa e Santa Rita (matrículas 9.053, 9.054, 16.936, 16.937, 10.674, 10.675, 16.859) para as atividades de “horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)” e “culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”, conduzidas no município de Perdizes/MG, pelo prazo de “10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor, o(s) único(s) responsável(is) pelas informações descritas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda São José, Primavera I e II, Santa Rosa e Santa Rita (matrículas 9.053, 9.054, 16.936, 16.937, 10.674, 10.675, 16.859)”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar os Programas de Automonitoramento, conforme definidos no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programas de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "Fazenda São José, Primavera I e II, Santa Rosa e Santa Rita (matrículas 9.053, 9.054, 16.936, 16.937, 10.674, 10.675, 16.859)"

1. Resíduos Sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir:

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

Resíduo				Transportador	Destinação final		Quantitativo total do semestre (tonelada/semestre)		
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe (*)	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social, CNPJ, endereço completo	Tecnologia (**)	Destinador / Empresa responsável	Qtd. destinada	Qtd. gerada	Qtd. armazenada
						Razão social, CNPJ, endereço completo			

(*) Conforme ABNT NBR 10.004, ou a que sucedê-la.

(**) 1 - Reutilização

4 - Aterro industrial

7 - Aplicação no solo

2 - Reciclagem

5 - Incineração

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

3 - Aterro sanitário

6 - Co-processamento

9 - Outras (especificar)

Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.



2. Solos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas cultivadas ^{1,2,3}	pH, K (Potássio), P (Fósforo), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Na (Sódio), Al (Alumínio), CTC efetiva, CTC potencial, Matéria Orgânica e Saturação por Bases. Somente no primeiro ano o empreendedor deverá apresentar a análise da textura do solo.	Bienal (a cada dois anos)

(1) Seguir recomendação de adubação elaborada por técnico habilitado para tal, seguindo os princípios agrônômicos.

(2) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm e 20-40 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pag. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(3) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados.

Relatórios: Enviar à Supram, no 2º ano, no 6º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas bienalmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo sobre o estado nutricional do solo cultivado. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Métodos de análise: Conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pag. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.